

LUIZ GUILHERME MARINONI

O STJ

ENQUANTO CORTE DE PRECEDENTES

Recompreensão do Sistema Processual da Corte Suprema

- Recurso Especial
- Embargos de Divergência
- Recurso Repetitivo
- Reclamação
- Ação Rescisória
- Modulação dos Efeitos Temporais

2.^a edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00098895

**O STJ ENQUANTO CORTE
DE PRECEDENTES**

Recompreensão do Sistema Processual da Corte Suprema

2.^a edição, revista, atualizada e ampliada

LUIZ GUILHERME MARINONI



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [05-2014]

Profissional

Fechamento desta edição [12.05.2014]



ISBN 978-85-203-5248-9

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

PARTE I

O CONTROLE DA LEGALIDADE NA TRADIÇÃO DO *CIVIL LAW*

1. A TUTELA DA LEI IDEALIZADA PELA REVOLUÇÃO FRANCESA	25
1.1 Os valores da Revolução Francesa	25
1.2 O <i>Conseil des parties</i> na história do Tribunal de Cassação	28
1.3 O lugar do princípio da separação dos poderes	29
1.4 A proibição de o juiz interpretar a lei.....	30
2. O PRIMEIRO MODELO DE TRIBUNAL DE CASSAÇÃO	34
2.1 Meios de tutela da lei diante do poder judicial	34
2.2 Pressupostos do Tribunal de Cassação	36
2.3 O conceito de “ <i>contravention expresse au texte de la loi</i> ”	38
2.4 A não vinculação do Judiciário pelo Tribunal de Cassação: observância do princípio da separação dos poderes ou afirmação da liberdade de o juiz julgar e da submissão do juiz à lei ?	39
2.5 O primeiro modelo de Tribunal de Cassação não tinha preocupação de garantir a uniformidade da interpretação da lei	41
3. A TRANSFORMAÇÃO DO TRIBUNAL DE CASSAÇÃO.....	43
3.1 O resgate do poder judicial de interpretar a lei e a atenuação da rivalidade entre o Legislativo e o Judiciário	43
3.2 O abandono do conceito de “ <i>contravention expresse au texte de la loi</i> ” e a incorporação das ideias de “ <i>fausse interprétation</i> ” e de “ <i>fausse application de la loi</i> ”	44
3.3 O novo conteúdo da decisão cassacional	46

3.4	A influência da decisão de cassação sobre o juízo de reenvio....	47
3.5	A autoridade da decisão cassacional	48
3.6	A Corte de Cassação passa a definir todas as questões de direito...	50
3.7	A Corte que deve zelar pela uniformidade da interpretação da lei.....	51
4.	PROJEÇÕES DA HISTÓRIA DA CASSAÇÃO SOBRE A REALIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	53
4.1	O desenho de Calamandrei: análise crítica	53
4.2	Do conceito de “contravention expresse au texte de la loi” à ideia de declaração do “sentido exato da lei”. A uniformidade da interpretação como meio de controle da legalidade	66
4.3	Uma associação entre a história do temor de órgãos judiciais dotados de poder e a falta de autoridade das decisões das Cortes Supremas de <i>civil law</i>	68

PARTE II

O STJ ENQUANTO CORTE SUPREMA

1.	O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO DA LEI	79
1.1	Primeiras considerações.....	79
1.2	Teorias formalistas.....	80
1.3	Teorias céticas.....	82
1.4	Teorias intermediárias	83
1.5	A teoria da resposta correta.....	86
1.6	Texto e significado.....	90
1.7	As regras de conteúdo aberto	94
1.8	A interpretação de acordo com a Constituição	97
1.9	A racionalidade da decisão interpretativa. O papel da argumentação	99
1.10	A universabilidade da decisão como garantia da sua racionalidade	106
1.11	O STJ diante da questão da interpretação da lei.....	109
1.12	Da Corte que define a exata interpretação da lei para a Corte que atribui sentido ao direito. Da <i>interpretação uniforme</i> como meio de controle à autoridade do direito como <i>tutela da igualdade</i> . Da Corte que controla à Corte que interpreta.....	113

2. OBSTÁCULOS À CONFIGURAÇÃO DO STJ COMO CORTE SUPREMA	119
2.1 O STJ de acordo com a Constituição Federal.....	119
2.2 O requisito da “contrariedade à lei”	120
2.3 O uso equivocado da técnica da divergência.....	122
2.4 A suposição de que o Superior Tribunal de Justiça é uma mera Corte de Controle.....	124
2.5 A ideia de que os juízes, por serem livres para decidir, não podem ser obrigados perante as decisões do Superior Tribunal de Justiça.....	126
2.6 O argumento de que o juiz é sujeito apenas à lei.....	132
2.7 O princípio da separação dos poderes.....	133
3. A FUNÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DIREITO	136
3.1 A velha dicotomia público-privado	136
3.2 Da correção da aplicação da lei à função de atribuição de sentido e de desenvolvimento do direito	137
3.3 A função de colaboração com o Legislativo	142
3.4 A imprescindibilidade de superar a relação “corrigir a decisão – definir o sentido do direito”	145
3.5 A necessidade de instituição de um filtro recursal ou de uma modalidade de “repercussão geral”	146
4. A AUTORIDADE DOS PRECEDENTES	154
4.1 A questão a ser considerada	154
4.2 Os precedentes na ordem jurídica vinculante	154
4.3 A decisão interpretativa do STJ como “reconstrução” que regula a vida social e guia a resolução dos casos conflitivos: a eficácia obrigatória do precedente como consequência.....	155
4.4 A posição de vértice do STJ.....	159
4.5 A função constitucional do STJ.....	159
5. FUNDAMENTOS DOS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	162
5.1 Primeiras considerações	162
5.2 A realização da igualdade	162
5.3 A imparcialidade.....	165
5.4 A coerência do direito	166

5.5 A segurança jurídica.....	168
-------------------------------	-----

PARTE III

LEITURA DO SISTEMA PROCESSUAL À LUZ DA FUNÇÃO CONTEMPORÂNEA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL ...	173
1.1 Explicação prévia	173
1.2 Recurso em face de decisão que contraria precedente	174
1.3 Decisão que se baseia em precedente desgastado.....	175
1.4 Precedente cuja questão de direito é objeto de nova concepção “geral”.....	178
1.5 O problema do precedente equivocado.....	179
1.6 Decisão que se baseia em precedente não aplicável ao caso.....	179
1.7 Recurso especial em face de decisão que diverge de decisão de tribunal de apelação	180
1.8 Recurso especial que trata de questão federal ainda não versa- da no STJ ou que ainda não abriu oportunidade a decisões di- vergentes.....	182
2. O INTERESSE PÚBLICO NA DEFINIÇÃO DO SENTIDO DO DIREI- TO FEDERAL EM FACE DO INTERESSE DOS PRIVADOS E DE DE- TERMINADOS REQUISITOS DO RECURSO ESPECIAL.....	185
2.1 Primeiras considerações	185
2.2 A questão da desistência do recurso. O caso exemplar do REsp 1.308.830/RS	185
2.3 Atenuação do requisito do prequestionamento.....	188
2.4 As formalidades recursais diante da função de desenvolvimento do direito	189
3. PAUTAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UM PRECEDENTE OU, MAIS PRECISAMENTE, DAS “RAZÕES DETERMINANTES” DA DECISÃO	191
3.1 A questão.....	191
3.2 “Razões determinantes” e “razões outras” (<i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>).....	192

3.3	A delimitação dos fatos, fundamentos de direito, diretivas de interpretação e opções valorativas que dão conteúdo ao precedente.....	197
3.4	Os fatos do precedente	199
3.5	As teses jurídicas	200
3.6	As diretivas de interpretação e opções valorativas	202
3.7	A importância da exata consideração dos votos na formação do precedente	206
4.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	211
4.1	Os embargos de divergência na lógica da função de correção das decisões dos tribunais ordinários	211
4.2	Os embargos de divergência na lógica de uma Corte de Precedentes	213
4.3	A divergência entre as teses jurídicas e a semelhança entre os contextos	216
4.3.1	A divergência entre as teses jurídicas	216
4.3.2	A semelhança entre os contextos fáticos	218
4.3.3	A discussão da tese jurídica no recurso especial	220
4.3.4	Rejeição da divergência na decisão de não admissibilidade do recurso especial.....	220
4.3.5	A discussão da tese jurídica no agravo regimental	221
4.3.6	Divergência entre teses de não admissibilidade do recurso especial	221
4.4	Ônus de confrontação das teses jurídicas.....	222
4.5	A discussão da divergência no colegiado	223
5.	RECURSO REPETITIVO	226
5.1	Primeiras observações	226
5.2	Função e fundamento do recurso repetitivo	227
5.3	Adequada compreensão da questão de direito	229
5.4	<i>Amicus curiae</i>	229
5.5	Suspensão dos demais recursos especiais.....	234
5.6	Suspensão da “execução provisória”	235
5.7	Suspensão do julgamento de recursos de apelação	236
5.8	Suspensão da execução de sentenças transitadas em julgado ..	237

5.9	Julgamento do repetitivo e inadmissibilidade dos recursos especiais.....	237
5.10	Julgamento do repetitivo e retratação do tribunal ordinário....	238
5.11	Insubordinação do tribunal ordinário	238
5.12	Definição do repetitivo e sorte dos demais recursos especiais no STJ.....	238
6.	RECLAMAÇÃO	240
6.1	Considerações iniciais	240
6.2	A reclamação em face de uma Corte Suprema	241
6.3	Pressuposto da reclamação.....	242
6.4	Reclamação para inibir a execução de acórdão divergente de precedente	243
6.5	Reclamação diante de não retratação em face de precedente firmado em recurso repetitivo	244
6.6	Reclamação diante da negação de suspensão dos recursos especiais e das execuções provisórias.....	245
7.	A AÇÃO RESCISÓRIA EM CASO DE DECISÃO QUE VIOLA “LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI”	246
7.1	O problema.....	246
7.2	Da inexistência de correspondência biunívoca entre disposição de lei e interpretação judicial	247
7.3	O auxílio da teoria da “interpretação conforme”: a preservação do texto legal mediante a declaração de invalidade da interpretação ou da norma.....	250
7.4	Crítica ao conceito teórico da rescindibilidade da decisão judicial que viola disposição de lei	252
7.5	A função contemporânea do STJ e a rescindibilidade da decisão judicial que viola norma judicial	253
7.6	Ação rescisória fundada em precedente posterior à formação da coisa julgada?	255
8.	A QUESTÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA REVOGAÇÃO DE PRECEDENTE	260
8.1	Primeiras considerações	260
8.2	A limitação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade ...	261

8.3	A possibilidade de modulação dos efeitos retroativos da revogação de precedente está implícita no poder das Cortes Supremas	263
8.4	CrITÉRIOS para a modulação dos efeitos temporais	266
8.5	TÉCNICAS de regulação dos efeitos temporais.....	268
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	271
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	283